Minerva Log S.A.

CNPJ/MF nº 08.902.380/0001-61

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a Diretoria da Minerva Log S.A., tem a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas de suas correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 . Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Belém-PA, 21 de fevereiro de 2017.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	2016	2015	Passivo	Notas	2016	2015
Circulante				**Patrimônio líquido**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	35	96	Capital social	8	230	230
Impostos a recuperar	5	19	17	Prejuízos Acumulados		(176)	(117)
Total do ativo circulante		54	113	Total do patrimônio líquido		54	113
Total do ativo		**54**	**113**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**54**	**113**

Demonstrações das Mutações dos Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízo acumulados	Total do patrimônio liquido
Saldos em 01 de janeiro de 2015	230	(31)	199
Prejuízo líquido do exercício	–	(86)	(86)
Total de resultado abrangente, líquidos de impostos	**–**	**(86)**	**(86)**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**230**	**(117)**	**113**
Prejuízo líquido do exercício	–	(59)	(59)
Total de resultado abrangente, líquidos de impostos	**–**	**(59)**	**(59)**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**230**	**(176)**	**54**

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	10	(64)	(101)
Resultado antes das receitas financeiras liquidas e impostos		(64)	(101)
Despesas financeiras	9	(1)	–
Receitas financeiras	9	6	15
Receita financeiras líquidas	9	5	15
Resultado antes dos impostos		(59)	(86)
Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente	6	–	–
Prejuízo liquido do exercício		(59)	(86)
Prejuízo líquido por ação		(0,25652)	(0,37391)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo líquido do exercício	(59)	(86)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**(59)**	**(86)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido dos exercícios	(59)	(86)
Variação nas contas de ativos e passivos		
Tributos a recuperar	(2)	(5)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	**(61)**	**(91)**
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	**(61)**	**(91)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	96	187
No fim do período	35	96
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	**(61)**	**(91)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais – R$ – exceto quando indicado de outro modo)

1. Informações gerais – A companhia tem como objetivo social o transporte marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial de cargas em geral, com embarcações próprias ou alheias; operar terminais terrestres e portuários, incluindo navegação de apoio portuário; exercer atividades de armazenagem de mercadorias para terceiros; realização de serviços de logística e de administração de embarcação; prestar serviços de transporte rodoviário e ferroviário estadual e interestadual de cargas em geral; serviços de reparo naval; prestar serviços de despachante aduaneiro; e exercer atividades complementares, correlatas ou acessórias, inerentes às suas atividades, quando necessárias ou convenientes aos interesses sociais. Desde a sua constituição a Companhia enocontra-se em fase pré-operacional, não existindo resultado com operações com terceiros. A Companhia tem sua sede social localizada em Belém (PA) na Avenida Generalíssimo Deodoro de Mendonça, n. o 412, Anexo I, Bairro Umarizal, CEP 66055-240. **1.1 Aprovação das Informações Trimestrais:** As demonstrações contabeis para o exercicio findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela administração no dia 21 de fevereiro de 2017. **2. Base de preparação** – As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB. As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária. **3. Sumario das principais praticas contábeis – a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A administração da companhia definiu que sua moeda funcional é o real (R$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. **b) Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios e períodos. A receita de venda de produtos é reconhecida quando seu valor for mensurável de forma confiável e todos os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações contábeis de liquidez imediata. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Companhia. **d) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício ou período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais, diferenças por adoção de práticas contábeis (IFRS) e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **e) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **f) Novas normas:** O IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2016 ou após. Para normas ainda não vigentes, a Companhia esta avaliando os impactos da adoção em suas demonstrações contábeis; **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1° de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações. **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1° de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações. **IFRS 16 – Leases (Arrendamento mercantil):** Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações. **IAS 12 – Income taxes – (alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro):** O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 – Income taxes (CPC 32 – Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao "reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **g) Demonstração dos fluxos de caixa:** A Empresa apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento. **4. Caixa e equivalentes de caixa** – Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas compõem-se como segue:

	2016	2015
Bancos conta movimento	13	8
	13	8
Aplicações financeiras		
Em moeda nacional:		
Debentures	23	88
	36	96

Para fins de elaboração da demonstração dos fluxos de caixa da Companhia, são considerados "Caixas e equivalentes de caixa" os saldos das contas de: (i) caixa e bancos; (ii) aplicações financeiras; e (iii) disponibilidade em moeda estrangeira.

5. Tributos a recuperar	2016	2015
Imposto de Renda e CSLL	19	17
Circulante	19	17

continua ...